

A escuta do adolescente privado de liberdade: Racismos, Sofrimentos Psíquicos e Conduas de Risco na Socioeducação

Este painel aposta na escuta como dispositivo analítico e investigativo dos contextos vivenciados por adolescentes, internados em instituições socioeducativas de privação de liberdade na cidade do Rio de Janeiro. As três pesquisas apresentadas se interrelacionam por compartilhar a socioeducação como um espaço desafiador que nos interroga enquanto educadores e psicanalistas. A primeira contribuição analisa as narrativas de adolescentes cujas infrações ou reincidências os conduziram à mais severa das medidas de privação da liberdade, a internação. A partir, então, do conceito de necropolítica de Mbembe, articulado ao de ódio em Freud, e de sujeito em Lacan, o intuito é analisar como sujeitos identificados como metas do sadismo social, portanto matáveis com indiferença em nossa sociedade, aprendem que são corpos portadores do “medo”, e como se elaboram, em seus contextos de privação, nessa demanda. A segunda contribuição explora o tema da transgressão enquanto marca da adolescência que entra em conflito com a lei. Busca-se, refletir sobre a transgressão enquanto uma conduta extrema de violação da lei, que sinaliza um estado-limite nas respostas subjetivas da adolescência à miséria simbólica que constitui o mal-estar contemporâneo. A última contribuição circunscreve a metodologia da observação participante com objetivo de compreender o adoecimento psíquico dos adolescentes privados de liberdade. Os achados parciais das três pesquisas apontam para as temáticas da marginalização, exclusão social, invisibilidade, alienação à criminalidade e o desencaixe do sistema educacional diante das demandas da socioeducação em privação de liberdade.

Palavras- Chave: Racismos; Conduas de Risco e Socioeducação

O GOZO NO RACISMO CAMUFLADO: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE UMA PESQUISA EM PSICANÁLISE NA SOCIOEDUCAÇÃO.

Resumo: Este trabalho é resultado de uma pesquisa desenvolvida numa unidade de internação do sistema socioeducativo do Rio de Janeiro. Através de um dispositivo de escuta em grupo com direção psicanalítica, atendemos adolescentes e adultos entre 16 e 20 anos, cujas infrações ou reincidências os conduziram à mais severa das medidas de restrição da liberdade, a internação. A partir, então, do conceito de necropolítica de Mbembe, articulado ao de ódio em Freud, e de sujeito em Lacan, buscamos analisar como sujeitos identificados como metas do sadismo social, portanto matáveis com indiferença em nossa sociedade, aprendem que são corpos portadores do “medo”, e como se elaboram, em seus contextos singulares, nessa demanda. Trazemos aqui, uma elaboração teórica a partir de relatos de nossa clínica de casos de adolescentes que começam a enunciar possíveis fissuras em seus compromissos com a “vida do crime” a partir de outros laços de vida e quando piadas racistas saem do velamento do “chiste” para revelar estruturas de sofrimento. Tecemos então relações entre uma teorização sobre o gozo, a sociogênese do sofrimento e a singular relação do sujeito com seu posicionamento na marginalidade.

Palavras-chave: socioeducação; psicanálise; subjetividade

Este trabalho é resultado coletivo parcial de uma pesquisa desenvolvida numa unidade de internação do sistema socioeducativo do Rio de Janeiro. Da articulação entre o campo da educação e da psicanálise, tomadas de forma crítica e em perspectiva decolonial. Construimos um dispositivo de pesquisa-intervenção de natureza clínico-política para escuta em grupo, com direção psicanalítica, de adolescentes e adultos entre 16 e 20 anos, cujas infrações ou reincidências os conduziram a mais severa das medidas de restrição da liberdade, a internação. Naquela instituição oferecemos, então, um dispositivo semanal de escuta e intervenção através de rodas de conversa baseadas na livre associação dos adolescentes e de escuta flutuante por parte dos analistas-pesquisadores. Nosso dispositivo clínico cultivou um olhar e uma escuta ético-política afeita a uma epistemologia decolonial, bem como às demandas de reconhecimento social a partir do qual os sujeitos em sua posicionalidade de classe, raça, gênero e sexualidade, pudessem ser considerados em suas diferenças no contexto da diversidade de sua configuração social. Partimos do pressuposto que historicamente o Estado brasileiro reserva para jovens negros e periféricos o encarceramento em massa visto em Alexander (2018) e Borges (2019), Necropolítica do Mbembe (2018) e a multiplicidade de formas racistas no Brasil, como o Racismo estrutural de Silvio Almeida e Recreativo de Adilson Nogueira.

Em nosso projeto o dispositivo socioeducativo de pesquisa-intervenção assume o desafio de articular em sua realização, o campo da educação e da psicanálise. O eixo fundamental dessa articulação se dá pela via da linguagem, da formulação, pela fala, de

saberes e culturas marginalizadas e sua incidência nos processos de produção de subjetividade de jovens e adolescentes em situação de privação total de liberdade. Ressaltamos no campo da educação, a opção por uma perspectiva dialógica da pedagogia freiriana, consagrada na educação brasileira e buscamos aprofundar essa dialogicidade a partir das pesquisas *nos-dos-com os cotidianos* inspiradas nos princípios da obra de Nilda Alves. Ou seja, consideramos os sujeitos de nossa pesquisa em sua potência afetiva, ética, estética, poética e política de seus modos de agência de fazer e pensar.

Nesse sentido, este trabalho é de certa forma uma tessitura de conceitos e noções das pesquisas *nos-dos-com os cotidianos* destes jovens e adolescentes com o campo da psicanálise freudiana e lacaniana. Em nossos encontros levamos a cabo com rigor uma metodologia de escuta e participação sem a priori conceituais e ou morais, partimos sempre da fala e dos afetos com os quais, em grupo, os adolescentes se manifestaram. Os cotidianos, ou as vicissitudes da vida comum, tal como a compreendemos, no que são agências de sujeitos singulares e coletivos, sujeitos em processualidades, possibilitaram que os jovens se tornassem protagonistas de nosso dispositivo, assim, teceram e articularam suas “redes” no interior da unidade, mas também suas culturas, saberes e significações, que produzem subjetividades que orientam, a partir delas, suas ações e seus modos de estar no mundo.

Neste texto, procuramos pensar na potência dos encontros entre corpos e subjetividades em um dado “território” que se juntam e se transformam, que aprendem e ensinam e que formam laços sociais enquanto interagem. Num olhar psicanalítico se poderia afirmar que estes adolescentes e jovens não permaneceram fixos em posições e estigmas nos quais são enquadrados e classificados pelo “Estado policial”. Na verdade, ao longo de seus encontros e narrativas, percebe-se a disposição e possibilidade concreta de mudança de posição subjetiva.

1- RACISMO: Camuflagem subjetiva

Em um de nossos encontros, um jovem negro de pele preta retinta, recebeu o apelido de “camuflado”. No clima de gozação os adolescentes “zoavam” o colega negro em razão de sua cor de pele. Segundo seus amigos ele não poderia ser visto pelos policiais e pelos “alemão” no escuro, como se através deste “chiste”, poderíamos dizer, os contornos que marcam a existência do seu corpo pudessem ser sublimados, despercebidos. No desenrolar da conversa problematizamos a questão do racismo, no entanto, os outros participantes, todos pardos, alegaram ser apenas brincadeira. Porém, para surpresa do grupo, o jovem reage e alega aceitar e até mesmo participar da “zoeira” por um tipo de pressão

social, por saber que se demonstrasse irritação seria ainda mais “zoad”, e completa, “isso é racismo sim”. Daqui já extraímos da clínica indicativos de como opera na sociedade essa ambiguidade da condição estrutural do racismo, ao mesmo tempo sempre presente e velado, camuflado portanto, assim como o menino que aqui o suporta. O menino chamado de “camuflado”, então, camufla também seu sofrimento com a zombetagem do seu próprio grupo, porque dessa forma, pelo que diz, mantém o sofrimento em um nível mais suportável do que se se rebelasse contra. No entanto, no dispositivo analítico que dispomos, ele oferece contornos nítidos, desfazendo a camuflagem e devolvendo ao grupo o que estava velado, o racismo. Esse significante então, o modo como de maneira corrente o adolescente se relacionava com ele e como na escuta analítica uma singularidade rebelde advém, nos oferecem sustentação clínica a uma possível correlação entre os conceitos de “racismo recreativo” de Adilson Moreira (2019) e o de chiste em Freud (1905/2017), no sentido de que os conteúdos mais sensíveis e indicativos de um sistema de sofrimento insuportável encontrarem na “brincadeira” um jeito de na linguagem falada, na relação social portanto, serem, a um só tempo, expressos e escondidos. Como aparecem numa operação estética de velamento, a piada ou até mesmo o bullying, podem nos transmitir tanto o conteúdo quanto o estado de recalque que tal tema sustenta na manutenção de um sistema social de relações. Pela brincadeira, então, os sujeitos do inconsciente em relação, dão um jeito de fazerem aparecer o que supostamente não deveria vir à luz. No entanto, se a brincadeira não encontra modo de ser equivocada, ela acaba servindo para manter o recalque inaudito, precisando encontrar com a função do analista para de algum modo, por uma espécie de corte, expor seu conteúdo sádico.

Ancorados em nosso dispositivo de pesquisa-intervenção pelo arcabouço epistemológico da psicanálise, a problematização do fator racial seguiu curso crítico na fala deste adolescente, transbordando tal problematização para todo o grupo. Na situação que destacamos, através do manejo analítico em grupo, esse estado recalcado da ofensa recreativa, foi rompendo a resistência do grupo a partir da singular enunciação do adolescente em questão. Desenvolveremos, então, uma relação entre o mal-estar coletivo diante dessa quebra de um acordo velado, à possibilidade da escuta da singularidade por esse mesmo grupo que, em nosso dispositivo, acaba por exigir seu reposicionamento.

Dessa forma, gostaríamos de apresentar nossas bases teóricas e pontos de partida éticos, estéticos e políticos e assim, apresentar parte do trabalho até aqui desenvolvido, algumas conclusões que possuem um caráter de proposições interpretativas na articulação

entre relatos das singularidades das falas dos adolescentes atendidos e análises psicossociais a partir da teoria psicanalítica.

O nosso trabalho é sustentado pela ética da psicanálise, como nos lembra Lacan, da ética, da política analítica ou em uma palavra: do desejo. Dele, não pode ceder nem o analista e nem aquele a quem se dirige o trabalho de análise. Em nosso trabalho, como sustentamos anteriormente, precisa ser a ética da psicanálise, o vetor principal a considerarmos na análise do sujeito da pesquisa, tanto para os fatores sociais de sua constituição, assim como aqueles próprios à singularidade de cada participante das intervenções.

Em um contexto social mais amplo e que à sua maneira incide na posição subjetiva dos jovens e adolescentes com os quais trabalhamos, Guerreiro Ramos faz notar a atuação das classes dirigentes que este autor classifica como “paretianos, ou seja, marcado pela manipulação de resíduos emocionais populares” (RAMOS, 1969, p.42). Ramos recorre ao princípio de “resíduo” em Pareto no sentido do rastro que o poder de influência de uma pequena parte das classes dirigentes deixa como efeitos desproporcionais sobre o contingente maior da população, sem que haja também recursos na simbolização desse resíduo. Em outras palavras, corresponde, de certo modo, ao padrão discursivo do racismo brasileiro configurando-se como um fascismo de cor (SODRÉ, 2023) em que a rigidez mecânica e o padrão do discurso expressam aspectos psicológicos dessa mentalidade que revelam certa “unidade estrutural com uma concepção comum total” (ADORNO, 2015, p. 155) de negação parcial e/ou total da humanidade do negro-brasileiro. Isto se dá de modo consciente e intencional pelas classes dirigentes, e em grande parte inconsciente pela base social organizada nessa *forma* social racista. Em chave psicanalítica Sodré amplia o que Ramos chama de resíduo emocional popular. Neste processo, o Ideal de Eu do sujeito racializado, como aponta Neuza Santos Souza, é substituído, na dinâmica da identificação, pelo Ideal de Eu do grupo dominante e “submete-se” pela ação de um Supereu sádico, aos interesses das classes dominantes (SODRÉ, 2021, n.p). Como instância moral da consciência, o Supereu faz aparecer aos olhos do indivíduo que este é socialmente indesejado, processo inconsciente como dissemos, como se fosse um mal em si mesmo, mesclando de modo irracional “o medo arcaico de aniquilação física com o medo posterior de exclusão social” (ADORNO, 2015, p.78).

A racionalidade deste comportamento não é evidente ao indivíduo e o motivo subjetivo desta irracionalidade objetiva é o medo. Vale lembrar que historicamente o medo foi uma afecção central nas dinâmicas formativas da sociedade brasileira, seja na formação social do negro-brasileiro, bem como na formação social do branco brasileiro. De um

longo processo histórico, da parte do negro o medo significou o temor de aniquilação física e subjetiva, razão pela qual o fenótipo, os símbolos culturais e religiosos que representavam o pertencimento étnico dos negros, ante a repulsa social generalizada, para o ingresso deste nas disposições sociais do Estado, foram negadas e/ou recalçadas por este resultando em muitos casos, além do enfraquecimento político do grupo negro, no adoecimento psíquico deste. Não é lateral que cerca de 70% do contingente “manicomizado” era composto de pessoas negras. Da parte do branco brasileiro em ação política organizada pelo Estado e sociedade foi de representar o negro como elemento de periculosidade. Dessa dinâmica cultural, o medo do elemento negro é atualizado no trato violento e racista com que as favelas e os jovens negros são tratadas e retratados pelo Estado e pela mídia em geral como elemento perigoso. Nesta dinâmica, quem não se comporta segundo as regras instituídas (ética, estética e política da brancura) sofre o rebaixamento socioeconômico e encaminha-se para o associal e o criminoso. O medo da exclusão e dos sanções sociais vinculadas à raça e classe se internalizam através de outros tabus, sedimentando-se no indivíduo, de modo que o medo se transforma em uma segunda natureza.

A hipótese que apresentamos neste artigo como parte de um trabalho coletivo em nosso grupo de pesquisa, a partir da vida e obra de Guerreiro Ramos, é de que o medo é a afecção central para compreensão dos modos de vida de negros e brancos brasileiros. Em outras palavras, o que Sodré nomeia como *forma* social escravista, teria se constituído por um lado, nas origens do medo que o grupo branco, em especial a classe dirigente, produziu em relação ao contingente negro e de outro, por espelhamento no sentido laciano do estágio do espelho, da formação social negro-brasileira (Sodré, 2019). O medo como afeto central de nossa sociabilidade fundaria por um lado o imaginário social que tem em sua base o elemento negro como objeto de periculosidade e de outro lado como tangenciamos acima, seria a base da negação de si e de idealização do branco como objeto de desejo por parte do negro.

Para Guimarães (2020) esse medo primeiro aparece no contexto colonial em que a miscigenação era temida por parte dos brancos em relação a índios e africanos pela possibilidade de diluição dos marcadores da hierarquia social. O fato é que oficialmente o Estado brasileiro nasceu com a proclamação da independência em 1822. Foi o único país na América Latina a ficar independente e manter a escravidão com base em acordos que envolveram as classes dominantes do Brasil (colônia), de Portugal (metrópole) e da Inglaterra. É preciso observar que, se os interesses desse triunvirato não confluíam sempre, o medo lhes era uma base comum. A notícia da insurreição negra ocorrida no Haiti

entre 1791 e 1804 havia não apenas acabado com escravidão, mas eliminado fisicamente os senhores brancos, fez espalhar pelo mundo o terror que atemorizava as elites. Esse medo não será uma situação menor no Brasil que a época era a maior colônia negra do mundo.

Ao longo do processo de escravização e colonização brasileira, as classes dominantes souberam engendrar um tipo de organização social em cujas disposições o elemento negro foi paulatinamente localizado no imaginário de classe dominante, como um elemento perigoso. Esta disposição que recaiu de modo acentuado no homem negro e que têm suas raízes históricas principais nas disputas políticas desde as décadas que antecederam a lei de libertação dos escravizados, permitiram a sociedade brasileira recortar no corpo do homem negro um ente hiper sexualizado de um lado e, por outro, um corpo restrito à força, seja como força de tração para o trabalho super-explorado, seja como elemento de periculosidade social, ou seja, um corpo marginal. Este processo histórico que “justificou” ações e legislações do Estado brasileiro no aporte de trabalhadores imigrantes brancos, no alijamento do trabalhador negro-brasileiro, nas leis de vadiagem e veto por exemplo ao voto de pessoas “analfabetas”, é sistematicamente atualizado por via do discurso “policial” de garantia da lei e da ordem, nos princípios fascistas da lei de segurança nacional e nas leis e aparatos jurídico-políticos de “combate às drogas”.

Neste contexto, o corpo do jovem negro periférico e favelado, identificado a partir de seu pertencimento ao “crime” organizado de tráfico de drogas, ocupa no imaginário social atual, o elemento perigoso e, portanto, a figura do bode-expiatório de justificação do processo de violência de Estado e mesmo do genocídio “autorizado” pela sociedade civil contra o menino jovem negro das favelas. Esta não é uma hipótese nova, muitos trabalhos têm apontado e já sabemos com segurança que a identidade social destes jovens é produzida nas dinâmicas sociais de reconhecimento frente às disposições possíveis colocadas pelo Estado. Se por um lado estamos seguros de que o capitalismo em sua forma atual não é apenas uma organização estrita da economia de vida e seus modos de produção e reprodução da vida material, por outro, para afirmar estes jovens como sujeitos políticos ativos, há que se considerar nele também as implicações singulares de sua própria constituição, ou seja, de sua implicação na posição subjetiva assumida no interior desta sociedade. Não se trata, no entanto, de deslocar para o “indivíduo” as responsabilidades estruturais de uma sociedade altamente violenta, desigual, excludente e racista. Trata-se, na verdade, de considerar que numa dada situação posta no ordenamento social, este sujeito, no campo possível de suas disposições, assume uma posição no jogo de relações possíveis

de sua configuração social. Em outras palavras, se por um lado lidamos com uma estrutura social que é em certa medida responsável pela constituição de sujeitos em seu interior, por outro, apostamos numa configuração social cuja estrutura não reduz totalmente a possibilidade de emergência singular de um sujeito, mesmo quando este é lido em locus marginal. Em outras palavras, nossa aposta é que a posição subjetiva de jovens envolvidos de alguma maneira com a criminalidade, não é um erro ou anomalia psicológica ou social, mas uma constituição bem-sucedida, um tipo determinado de socialização, dadas as possibilidades de reconhecimento e configuração desta posição na sociedade brasileira. Neste sentido, afastado de juízos moralistas ao nível do sujeito e de determinações da estrutura social, apostamos que da parte do sujeito, em sua singularidade, este em alguma medida assume uma posição própria ante as disposições da estrutura. O sujeito sempre goza de sua posição subjetiva.

2- Gozo: o sujeito racializado além do princípio do prazer

A dinâmica perversa do gozo não se restringe às classes dominantes, tem nelas seu ponto de partida, mas alcança os subalternizados. Interroguemos esse gozo, escreve Lacan, “precário por estar preso, no Outro”: este gozo produz um eco suscitado no ato de sua abolição no que este se torna “o intolerável”. Evoca-se aqui o corte teórico introduzido por Freud em *Mais Além do Princípio do Prazer* (1920), indicando que o sujeito goza não apenas na preservação e satisfação pelo princípio do prazer, mas também na compulsão à repetição e nos atos destrutivos. Neste sentido, Barros escreve,

[...] é importante observar que o conceito de desejo difere do de gozo. O conceito de gozo, conforme postulado por Lacan (1985a/1964), estabelece um excesso incompatível com a pulsão sexual (pulsão de vida ou ainda Eros, como pensada por Freud), sendo da ordem daquilo que é produto da pulsão de morte, ou lacanianamente pensando, que não cessa de se inscrever, e que Freud denominou também destrutividade em seu aspecto mais mortífero, seja ao se voltar contra o próprio sujeito seja voltada contra o semelhante (BARROS, 2016, p.130).

Por trás da incidência do Supereu na causa do desejo, no lugar desse objeto *a* que subsiste no corpo e que em parte “rouba” a vontade, o masoquista não atua por si mesmo. Quando este está fora de cena (fora do reconhecimento), e ao procurar no Outro qual é a sua questão, depara-se com a falta, com o vazio de significação e sentido. Ou seja, “o objeto liga-se à sua falta necessária ali onde o sujeito se constitui no lugar do Outro” (LACAN, 1998a, p. 121). No contexto do racismo/capitalismo algo diferente acontece,

de modo que o subalternizado, ao se deparar com este Outro da opressão racial/econômica, não encontra no tesouro do significante o objeto *a* como causa de desejo, mas a localização imaginária do objeto roubado pois “O sentido de sua ação estará no Outro (sob a forma do branco), pois só o Outro pode valorizá-lo” (FANON, 2008, p.136)

No entanto, é importante relembrar que o gozo não diz respeito a processos, escolhas e tomadas de decisões conscientes. O subalternizado, assim como o sujeito negativamente racializado, tem que lidar com uma dupla camada de alienação que não é consciente. O sujeito na posição masoquista é inconscientemente convocado em seu desejo a responder as demandas conscientes do Outro, leia-se aqui, a ideologia da classe dominante, que inscreve no imaginário social a gramática de dominação racial e estratificação econômica que atende a seus interesses objetivos. Trata-se de uma dupla alienação porque o sujeito na posição masoquista não “sabe” que o trabalho surge de seu valor e que uma parte desse valor não é paga – mais-valia – mas apropriada pelo capitalismo para engordar o capital (SOLER, 2011, p. 57).

Todo este processo produz grande sofrimento à população negra que se vê frustrada, não por um desejo real, mas pela imagem reflexiva de si mesmo, ou seja, um eu imaginário no qual seu desejo está alienado, e que, à medida em que se aprofunda, aumenta a alienação do sujeito em relação a seu gozo masoquista (LACAN, 1998d, p.251). O valor do masoquismo consiste unicamente em seu preço para o masoquista: vale no que possibilita a este algum reconhecimento (LACAN, 1998a). No que o desejo e a lei se encontram juntos, escreve Lacan, “o que o masoquista tenciona evidenciar [...] é que o desejo do Outro produz a lei” (LACAN, 1998a, p.120). A resultante dessa relação do masoquista com o Outro é que ele próprio aparece na função de dejetivo. “É nosso objeto *a*, mas sob a aparência do deslustrado, do atirado aos cães, à imundície, à lata de lixo, ao rebotalho do objeto comum, na impossibilidade de colocá-lo em outro lugar” (p.120).

A elaboração de Lacan sobre o masoquista traz consequências importantes na análise da formação social brasileira. Com os processos de colonização, os não brancos se constituíram identificados por um Ideal de Eu cujas coordenadas estão remetidas à Europa como centro de saber e poder do mundo ocidental. Por um lado, negam o real de sua condição de mestiços, idealizando o branco europeu, e por outro recusando o reconhecimento ao negro. Neste sentido, a causa do racismo não decorreria de uma frustração simples, mas de um excesso de gozo que surge para o sujeito no lugar de um de seus impossíveis. Nos termos de Lacan, “nada concentra mais ódio do que esse dizer onde se situa a existência” (LACAN, 1985, p.164).

De acordo com Alemán (2018), o racismo atual é dirigido ao gozo do outro. Para ele, há uma nova definição de maldade segundo a qual não mais importa o dano dirigido a si mesmo, contanto que seja possível prejudicar o outro. O autor recorre a uma ideia consolidada no campo da psicanálise segundo a qual o que se odeia no outro diz respeito àquele que odeia. Trata-se de uma zona externa que ultrapassaria a imagem que cada um tem de sua própria identidade, um excesso de si que se chama gozo (ALEMÁN, 2018, n.p). A própria cisão de cada sujeito entre o que acredita ser e uma parte do corpo que nunca é totalmente internalizada é então situada no corpo do outro. Essa seria, para Alemán, uma maneira possível de compreender o ódio no racismo.

3- Neoliberalismo: ambiguidade e controle social

A substituição do Eu do indivíduo pelo Ideal do Eu do grupo dominante como processo inconsciente não é, obviamente, evidente ao indivíduo. Segundo Adorno, o motivo subjetivo desta racionalidade objetiva é o medo. Quem não se comporta segundo as regras instituídas (ética, estética e política da brancura) sofre o rebaixamento socioeconômico e encaminha-se para o associal e o criminoso. O medo da exclusão e das sanções sociais vinculadas à raça e classe se internalizam através de outros tabus, sedimentando-se no indivíduo, de modo que o medo transforma-se em uma segunda natureza. O negro ao sair do núcleo particularista familiar em direção à vida social organizada pelo Estado, é forçado a rejeitar seus valores e a imagem de si, assumindo a forma branca idealizada (FANON, 2008).

O fato é que a cultura padronizada produzida pelo capitalismo subtrai, em grande medida, a autonomia e espontaneidade da população (ADORNO, 2015, p. 184). A rigidez mecânica e o padrão do discurso racista se expressam, como já sinalizamos mais acima, de modo consciente pela classe dirigente e inconsciente por pessoas afetadas pela ideologia racista.

Para a psicanalista Heloisa Caldas (2011), ao se deparar com manifestações de diferenças resistentes, não passíveis de redução, o capitalismo neoliberal opera um tipo de mutação sociopolítica. Como aponta a filósofa Marilena Chauí (2018), este processo se caracteriza por uma nova forma de totalitarismo. Nele, todas as instituições sociais são transformadas em uma única instituição homogênea e indiferenciada. No lugar do saber está o mercado comum, com seus procedimentos, normas e processos jurídicos de pretensão universal (BROUSSE, 2003), padrão que se impõe a todas as relações sociais, destruindo instituições alheias à lógica do mercado (classe, partidos políticos, movimentos sociais, universidades e o próprio Estado). Impõe-se o modelo da empresa, vinculado

à realização de objetivos particulares previamente definidos e delimitados em um tempo e espaço (CHAUÍ, 2018).

A impossibilidade desse universal formal burguês fomenta, como que produzindo dialeticamente o seu suposto contrário, a identificação de grupos amigos e a segregação de inimigos. O capitalismo neoliberal, como modo de produção, ideologia e forma de vida, incide sobre o corpo social desfazendo laços de pertencimento seja no que tange ao pertencimento étnico racial, seja na consciência de classe. Daí Adorno afirmar, ainda antes do advento do neoliberalismo, “que a indústria cultural seria uma espécie de ‘psicanálise ao avesso’ que produz um discurso não-repressivo, mas integrador de conflitos através da eliminação da força disruptiva das pulsões parciais e de suas estruturas múltiplas e sem telos” (SAFATLE, 2019, p.187). Neste sentido, “as bases motivacionais da recusa e da revolta poderão ser solapadas através da adaptação de sujeitos a uma vida mutilada” (p.187). O ódio ao diferente estaria na base do binômio medo-adaptação do capitalismo.

De acordo com os psicanalistas Lyra e Camargo (2012), no contexto da experiência social da segregação é preciso considerar a experiência do ódio em dois sentidos. Na experiência social do racismo, o ódio aparece como discurso e é um fenômeno social e político. Na segunda acepção, o ódio em Lacan refere-se a uma dimensão estrutural do sujeito (LYRA e CAMARGO, 2012, p. 83), em que há um descompasso temporal entre ódio e amor. “Enquanto relação com o objeto, o ódio é mais antigo que a amor; ele surge do repúdio primordial do Eu narcísico ao mundo exterior portador de estímulos” (FREUD, 2004, p.161). Para os autores, o eu “só ama a si mesmo e permanece indiferente para com o mundo” (LYRA e CAMARGO, 2012, p. 158). Essa leitura é aparentemente contraditória uma vez que permite que o *eu* apareça fechado em si mesmo em seu narcisismo primário ao mesmo tempo em que parece permitir que o objeto possa ser expulso, separado, colocado de fora e, portanto, odiado. A leitura se torna mais complexa no que diz respeito ao que é interior e exterior ao sujeito demarcando o conflito e a ambiguidade de sua estrutura constituinte.

Há, entretanto, uma potência produtiva no ódio que é condição de possibilidade da constituição do sujeito e que, de certo modo, estabelece as coordenadas de seu enlaçamento social. Para Freud, a oposição. Eu – não Eu (mundo exterior) se impõe ao indivíduo desde o início da vida e continuará preponderante em todo seu desenvolvimento (FREUD, 2004, p.157). Para Lacan (2009), há uma dimensão imaginária do ódio em que a destruição do outro representa um polo de sua própria estrutura que se dá na relação deste com

o objeto e que se estrutura pelo imaginário. Neste sentido o ódio é tanto polo de constituição do sujeito como efeito da castração que o simbólico impõe ao imaginário.

Para Lyra e Camargo (2012), Lacan não se contenta exclusivamente com o ódio na dimensão da perda simbólica e encontra na “emergência de certo tipo de contradição uma passagem da errância subjetiva habitual na materialização de um erro sem lugar e singular” (p. 158). Trata-se de algo que o sujeito não suporta em si, não reconhece como sendo seu e endereça ao outro a quem precisa destruir (VIEIRA, 2001). Estaríamos então diante de uma presença de dimensão insuportável, no sentido mesmo que Freud (1996) atribui ao estranho ao citar a definição de Schelling: *Unheimlich* como o nome de tudo que deveria ter permanecido secreto e oculto, mas veio à luz (FREUD, 1996b, p.240). Neste sentido, o ódio desliza de uma formação estrutural para uma manifestação fenomênica do sentimento, quando o outro daquele encontro casual representou uma ameaça de desintegração do sujeito.

4- Considerações finais

Na escuta que mantemos com adolescentes no DEGASE do Rio de Janeiro como espaço de pesquisa e intervenção, essa dinâmica que teoricamente terminamos de elaborar de modo mais sistematizado se torna bastante evidente. Em certa medida as determinações estruturais e singulares aparecem no discurso dos próprios jovens. Há uma compreensão geral das desigualdades sociais próprias ao capitalismo e ao mesmo tempo o reconhecimento de que em algum momento e por razões complexas aqueles sujeitos se implicaram “na vida do crime”. Não se trata aqui de afirmar uma suposta negatividade moral relativa à entrada destes adolescentes na criminalidade. A lógica analítica aqui não guarda dimensão moral, supõe-se na verdade que só a partir do reconhecimento da implicação destes sujeitos em seus dramas existências, o que significa tanto a “consciência” da coerção da estrutura social por um lado e de outra sua implicação singular, a partir de algo neles que seja singularíssimo, é que se poderia aventar possíveis deslocamentos de uma posição subjetiva que aparece ao sujeito como algo dado, algo de uma natureza ou destino, algo do compromisso sintomático com o Outro.

Referências bibliográficas

ADORNO, W. T. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo: UNESP, 2011.

ALEMÁN, J. El racismo es el odio del goce del otro. *The Clinic*. Santiago, Chile. n. p. 02. 2018. Disponível em: <<https://www.theclinic.cl/2018/08/02/jorge-aleman-racismo-odio-del-goce-del/>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

- ALEXANDER, Michelle. *A nova segregação: racismo e encarceramento em massa*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BARROS, R. M. M. de A arte, o gozo feminino e o mal-estar na contemporaneidade. 2016. *Affectio Societatis*. v.13 n.24. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-PT&user=6d2YvY4AAAAJ&citation_for_view=6d2YvY4AAAAJ:zYLM7Y9cAGgC>. Acesso em: 12 nov.2021.
- BORGES, Juliana. *Encarceramento em massa*. São Paulo: Pólen, 2019.
- BRANDÃO, A. A. Etnia, imprensa e essencialismo. Rio de Janeiro: Contracampo. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17315/10953>>. Acesso em: 13 dez. 2021.
- BROUSSE, M. *O inconsciente é a política*. São Paulo: Escola Brasileira de Psicanálise. 2003.
- CHAUÍ, M. *Marilena Chauí e a democracia em perigo: o neoliberalismo (de Bolsonaro) é a nova forma de totalitarismo*. Vio Mundo. 2018. Disponível em: <<https://aterraerondonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo/>>. Acesso em: 24 ago. 2021.
- FANON, F. *Pele negra máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- Freud, S. (1905). *Obras completas, volume 7: o chiste e sua relação com o inconsciente (1905)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017
- FREUD, S. (2004). *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Rio de Janeiro. Imago.
- FREUD, S. (1996b). Fragmentos da análise de um caso de histeria. *Um caso de histeria, três ensaios sobre a sexualidade e outros trabalhos*. Rio de Janeiro. Imago, pp. 19-115.
- GUIMARÃES, A. S. A. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. *Novos Estudos*. n. 61. 2001. pp.147-162. Disponível em: <https://silو.tips/download/democracia-racial-o-ideal-o-pacto-e-o-mito>>. Acesso em> 11 nov. 2021.
- LACAN, J. Agressividade em psicanálise. *Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 101-124, 1998a.
- LACAN, J. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. *Os Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 238-324, 1998b.
- LACAN, J. *O Seminário: livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- LYRA, R; CAMARGO, C. Ódio, um sentimento lúcido. In: VIEIRA, M. A.; BARROS, R. do R. (Org.). *Ódio, segregação e gozo*. Rio de Janeiro: Subversos e Instituto de Clínica Psicanalítica do Rio de Janeiro, v.1, 2012. pp. 83-94.
- Mbembe, A. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MOREIRA, Aldison. *Racismo recreativo*. São Paulo: Pólen, 2019.
- RAMOS, G. *Administração e estratégia do desenvolvimento: elementos de uma sociologia especial da administração*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966.
- RACISMO e sociedade: vicissitudes de um país racializado*. Postado por Conselho Regional de Psicologia Rio de Janeiro. (1 h. 45 min. 15 s.). son. color. port. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5H5s5LbqHF&t=49s>>. Acesso em: 20 nov. 2021.
- SAFATLE, Vladimir. *Dar corpo ao impossível: o sentido da dialética a partir de Theodor Adorno*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- SODRÉ, M. *O Terreiro e a cidade: a formação social negro-brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.
- SOLER, C. O Discurso Capitalista. *Stylus Revista de Psicanálise*. n. 22. pp. 55-67. 2011. Disponível em: <<http://stylus.emnuvens.com.br/cs/article/view/816/513>>. Acesso em: 13 nov. 2021.
- VIEIRA, M. A. *A ética da paixão: uma teoria psicanalítica do afeto*. Rio de Janeiro. Zahar. 2001.

AS CONDUTAS DE RISCO NAS TRAJETÓRIAS DOS ADOLESCENTES QUE TRANGRIDEM A LEI

Resumo:

A transição social que estamos atravessando aprofunda um momento de tensões, indeterminações e intenso de mal-estar. Nesse texto faço um convite investigativo acerca do desafio para o processo de subjetivação do sujeito adolescente privado de liberdade. De antemão o adolescer é, aqui, compreendido como um momento de travessia marcado por tensões no desprendimento do universo familiar, na experiência de distanciamento da infância e ainda no medo das novas escolhas objetivas que assinalam as decisões subjetivas. É da nossa líquida, esmaecida, imagética e consumista sociedade pós-moderna que o adolescente retira os recursos sociais para essa travessia. Do ponto de vista metodológico, as análises apresentadas estão fundamentadas em uma abordagem interdisciplinar do saber psicanalítico e do saber docente, complementadas de escutas ativas com adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de privação de liberdade. Os resultados encontrados indicam que há uma conduta de risco que marca a subjetivamente adolescentes que transgrediram a lei e foram direcionados à privação de liberdade.

Palavras-chaves: Adolescência; Condutas de Risco; Transgressão

Em 1975 Hannah Arendt já anunciava os tempos sombrios que estavam por vir. Naquele contexto os horrores descobertos pelos regimes totalitários apontavam um fracasso do projeto iluminista de construção de uma sociedade livre, justa e igualitária. Na virada do século XX/XXI a globalização nos trouxe novos desafios e certas ameaças de novos tempos sombrios. No tocante às Ciências Humanas, uma das teorizações mais consistente indaga se vivemos ou não em um mundo pós-moderno? E se não vivemos, do que podemos chamar esse momento histórico tão abstruso? Entre os muitos teóricos que se debruçam sobre a pós-modernidade destacamos aqui dois importantes nomes: O sociólogo polonês Zygmunt Bauman e o crítico norte-americano Fredric Jameson. A opção por estes pensadores consiste no fato de ambos seguirem uma perspectiva subjetiva de análise, ou seja, são dois pensadores que estão preocupados em entender a lógica socio-cultural/subjetiva que está por trás dessa era “líquida”.

A “Modernidade líquida” é o sinônimo de uma condição pós-moderna, e pode ser diagnosticada como uma era de impulsos momentâneos, de ações em curto prazo, destituída de rotinas sustentáveis, uma era onde os indivíduos levam uma vida sem hábitos, uma existência efêmera. Bauman adverte aos habitantes do líquido mundo moderno que abandonem todas as esperanças de totalização, pois, a única certeza que há é que todos estão no mesmo barco de relações cada vez mais fluídas. Diferentemente da sociedade

moderna anterior, que ele chama de "modernidade sólida", (que também tratava sempre de desmontar a realidade herdada), a de agora não o faz com uma perspectiva de longa duração, com a intenção de torná-la melhor e novamente sólida. Tudo está agora sendo permanentemente desmontado, mas, sem perspectiva de alguma permanência. Tudo é temporário. É por isso a metáfora da "liquidez" para caracterizar o estado da sociedade pós-moderna: como os líquidos, ela caracteriza-se pela incapacidade de manter a forma.

Nossas instituições, quadros de referência, estilos de vida, crenças e convicções mudam antes que tenham tempo de se solidificar em costumes, hábitos e verdades "auto evidentes". (BAUMAN, 2005). A cada ano que viramos no calendário nossas subjetividades se tornam mais fragilizadas - essa talvez seja a principal consequência do atual momento histórico em que vivemos. Indivíduos que se encontram entre a necessidade de se adequar ao acelerado ritmo destrutivo-criativo dos mercados e o medo de se tornar um sujeito desfasado, dispensável e insignificante.

Ora, a flexibilidade das relações sociais, característica fundamental de nossa época, não pode estar dissociada da prática consumista que permeia nosso comportamento sociocultural desde a década de 1950. A inovadora sociedade do consumo que fazemos parte, está enraizada na premissa da satisfação dos desejos humanos de uma maneira tão intensa que não pode ser comparada a nenhuma outra sociedade passada. A insatisfação tornou-se uma sensação permanente de nossa época. Sem a sucessiva frustração dos desejos, a demanda pelo consumo perderia o sentido, tirando todo o gás da economia descartável que cultivamos.

Como fortalecer as subjetividades fragilizadas em uma sociedade que mercantilizou todas as esferas da vida, desde as relações de afeto até a criação de uma imensa indústria cultural?

A fim de facilitar a compreensão dos argumentos apresentados o texto é dividido em três seções. A primeira seção apresenta os desafios e dilemas psíquicos e sociais da travessia do adolescer na sociedade contemporânea. A segunda seção aprofunda e concentra esses dilemas e desafios, circunscritos à violência psíquica constitutivamente traumática e inerente ao sujeito adolescente. A terceira e última seção problematiza as condutas de risco enquanto respostas subjetivas do sujeito adolescente, diante da angústia

traumática experimentada durante sua travessia. Por fim, busca-se enfatizar a singularidade do mal-estar contemporâneo considerando-o também um elemento constitutivamente traumático da angústia do adolecer.

I- A travessia do adolecer na contemporaneidade esmaecida

No nosso atual mundo contemporâneo a adolescência muitas vezes rouba a cena por conta da emergência de quadros patológicos de intensa gravidade social. Assistimos atônitos muitos casos permeados de violências psíquicas que se inscrevem no corpo de um modo tão doloroso que nos falta representação simbólica para significar. Cardoso (2006), assinala que a adolescência contemporânea é marcada por uma experiência de ruptura e transformação que não cessa de nos interrogar como analistas e pesquisadores. O que nos questiona o tempo todo se inscreve na complexidade inerente ao processo de adolecer ao qual incidem exigências de rupturas que são vivenciadas como perdas, para as quais, em diversos casos a dor psíquica emerge diante da fragilidade narcísica e da ausência de representações simbólicas sólidas que permitam a elaboração das perdas.

Mesmo compreendendo a adolescência como um momento de potenciais descobertas e construções criativas, há, ainda, o outro lado, da destrutividade, que se manifesta na insistência ao excesso e na abertura demasiada ao risco, como atos de respostas ao pulsional em ebulição diante do desamparo psíquico constitutivo do adolecer. Tudo isso exige muito esforço do aparelho psíquico, e em muitas situações o transbordamento pulsional pode se configurar numa resposta subjetiva impeditiva à ligação, à capacidade de simbolização e representação das experiências. É como nos ensinou Benjamim (1993) as experiências quando não representadas em narrativas se tornam adereços empobrecidos, carentes de simbolização psíquica e social.

Nossa adolescência contemporânea também responde aos nossos cenários de liquidez e esmaecimento de afetos com um certo empobrecimento criativo diante das demandas colocadas. Costa (2006), ressalta que os jovens do mundo globalizado não estão desorientados em significar suas experiências subjetivas, mas que o processo é ainda mais complexo e obtuso, uma vez que ser jovem se traduz em uma gramática moral do espetáculo marcada pela necessidade da exibição ao risco, ao excesso e à estética corporal permanentemente jovial que aniquilam projetos criativos e narrativas singulares. Dessa

forma, a complexidade não está em não saber para onde ir, mas na construção de caminhos alternativos à superficialidade que demarca uma mercantilização da vida como um destino pulsional.

Soma-se a isso o enfraquecimento da autoridade como uma marca do adolescer contemporâneo que ainda em 1960 foi salientado por Hannah Arendt. Corroborando as descobertas de Arendt, Costa (2006), faz uma relação entre a intensificação dos fenômenos de violência na juventude e o enfraquecimento da autoridade. Para o autor quando determinadas referenciais axiológicas são enfraquecidas o resultado é o desrespeito e a indiferença diante do outro.

Diante da impossibilidade e do risco de vulnerabilidade que caracteriza amar o próximo, nossa civilização transformou a necessidade de Eros na categoria política do respeito. Contudo, “para que haja respeito é preciso que haja idealização, ou no mínimo considerações pelos predicados morais e sociais daqueles que nos são oferecidos como modelos de vida” (Costa, 2006, p.21). Logo, o enfraquecimento da autoridade na contemporaneidade está relacionado a perda da exemplariedade, das referências morais e institucionais que viabilizam a prática da alteridade na estruturação dos laços sociais. Nossos adultos, nossos professores, nossos políticos e nossas instituições protetoras são responsáveis em transmitir os valores que circunscrevem o respeito e a tolerância, se não o fazem, as crianças e os adolescentes são deixados à deriva do ponto de vista das identificações.

O que resta? Restam respostas subjetivas marcadas pelo risco, desemparo, desrespeitosas, violentas, desesperadas e intrinsecamente dolorosas. Nas palavras de Costa (2006, p.22).

O futuro dos adolescentes não pode ser entregue a eles próprios. Eles atravessam um período na vida no qual devem ser assistidos pelos mais velhos, em especial, por aqueles que o puseram no mundo. Depositar nas mãos de garotos e garotas o fardo de decidir quais os rumos morais ou sociais devem tomar, é um sintoma da imobilidade e do sentimento de superfluidade correntes nos adultos de hoje.

Quadros de referência que afirmem o respeito como um valor e como uma atitude são fundamentais para amenizar o desamparo constitutivo e traumático que assinalam a travessia do adolescer. O que temos no nosso mundo contemporâneo é o oposto disso, fundamentalmente, quando nos voltamos para análise das instituições protetoras como a

família e escola. Nossas famílias vivem também um momento de travessia transformadora em suas configurações. A figura materna que outrora exercia sua função de forma sagrada, nos dias de hoje vem se distanciando do *locus* familiar em busca de projetos existenciais singulares pautados na afirmação do gênero enquanto uma categoria política emancipatória. Do outro lado os pais não ocuparam esse lugar da maternidade, ou seja, o nome do pai enquanto função paterna exercida no seio familiar se absteve desse posicionamento topológico. “As crianças e adolescentes receberam um golpe importante que não pode ser absolutamente subestimado. A economia dos cuidados foi então afetada de forma significativa, incidindo nas novas formas de subjetivação da juventude”. (Birman, 2006, p. 37).

Na escola o mesmo processo de desamparo é assistido. Com as transformações no universo familiar a escola passou a assumir uma contundente responsabilidade pela vida das crianças e adolescentes. Se transformou em uma instituição de promessas nos anos 1980 e 1990, mas na virada do século as promessas ganharam um status de incertezas (Canario, 2010). Há uma crise na educação escolar e essa crise pode também ser interpretada como um excesso de funções que essa instituição se tornou responsável. A escola que cuida, ensina, educa, protege, alimenta, escuta, denuncia, defende... Crianças e adolescentes são depositados na escola e a comunidade escolar é incapaz de exercer todas essas funções que exemplificam o adoecimento contemporâneo. Tornar a educação escolar uma panaceia não resolve nossos dilemas contemporâneos, em nem tampouco substitui a carência familiar. A escola também vive o mesmo enfraquecimento da autoridade. Os docentes a muito não mais exercem a exemplariedade de outrora, foram substituídos pela indústria cultural do espetáculo e do entretenimento.

Diante dessas circunstâncias contemporâneas de transformações axiológicas, institucionais e autoridades precárias, nossas crianças e adolescentes estão deixadas à deriva. O que significa ser deixado à deriva? Nesse contexto à deriva faz metáfora para o desamparo que pode ser representado pelo sentimento de abandono (Birman, 2006). É certo que esse abandono não é uma negligência intencional e nem tampouco um movimento consciente das famílias, das escolas e da sociedade civil em geral. O processo é muito mais intrincado, trata-se de em uma sociedade onde os adultos encontram-se também subjetivamente fragilizados, alienados na mercantilização do desejo, envolvidos na luta materialista pela sobrevivência cotidiana, carentes de indeterminação quanto às suas próprias vontades. A carência materna não encontra suplência na presença paterna, assim como,

na escola, o professor não mais representa aquela autoridade que fundamentava parte do ideal de eu dos estudantes. A economia afetiva está assentada sobre outras bases, àquelas direcionadas ao prazer efêmero, ao esmaecimento dos afetos, ao quantitativismo de experiências, ao sucesso material, ao poder do status e inescapavelmente à estética corporal perfeita.

II- A violência psíquica que se instaura na travessia da adolescência

Adolescer, como vimos, é um processo que exige do sujeito fazer a transição da infância para vida adulta. Aqui, entendemos essa transição como uma “situação fronteira”, o que significa refletir a adolescência momento de contorno, ou seja, como um espaço precariamente dividido entre uma dimensão interna e outra dimensão externa. Cada um desses espaços é demarcado por limites pouco precisos, o que os torna fronteiras ambivalentes, circunscritas à complexa relação entre o corpo e o psiquismo e as relações entre o eu e o outro.

Dessa forma, a violência psíquica que acomete o adolescer se apresenta como uma agressão tanto narcísica quanto alteritária, na medida em que o sujeito adolescente se vê diante de representações infantis insuficientes para satisfazer e simbolizar as irrupções pulsionais eróticas da puberdade. “O adolescente, quando ultrapassado pela intensidade das suas próprias sensações, corre o risco de perder a capacidade de se distinguir do outro, de diferenciar o dentro e o fora. Isso se estende ao registro interno, nível das relações entre as diferentes instâncias psíquicas e das fronteiras egóicas” (Cardoso, 20010).

O adolescente assiste às transformações impostas ao seu corpo e ao seu psiquismo como um estrangeiro que não sabe para onde está indo e o que irá encontrar. Suas representações psíquicas ainda estão presas à infância, à proteção familiar, à dependência de que o outro resolva os problemas e o proteja de tudo de ruim que possa acontecer. Por isso a dimensão traumática é inerente à travessia do adolescer que inaugura um $\$$, entre o esforço de preservar suas precárias bases narcísicas diante do pulsional latente, o desejo de ser reconhecido pelo outro, e ainda, a necessidade de conhecer o desejo do outro para então ser aceito, e deixar de ser estrangeiro.

Todo esse trabalho exige grande esforço do aparelho psíquico para equilibrar as forças pulsionais irruptivas e as defesas egóicas que o sujeito dispõe. O psiquismo é imerso em um conflito que irá consolidar a subjetividade. Esse conflito envolve, além do caráter fronteiro inerente à travessia do adolescer, a elaboração das escolhas e renúncias

que apontam para perdas e lutos derivados destas, a impotente passividade diante de todo o processo e a limitação dos mecanismos de defesa disponíveis, que em muitos casos direcionam respostas subjetivas marcadas pela violência psíquica.

A situação fronteira na qual se encontra o sujeito adolescente consiste em uma experiência ambivalente de proteger a constituição narcísica iniciada na infância, e ao mesmo tempo, ser invadido pelas demandas alteritárias de constituição de laços sociais que possibilitem novas configurações objetais desejantes. Logo, a fronteira é um lugar de proteção e aventura; de dependência e autonomia; de desamparo e criação; dos frágeis limites entre o dentro (psiquismo e o EU) e o fora (corpo e a alteridade).

O que está em jogo para o sujeito adolescente é como ultrapassar a fronteira e chegar à vida adulta. Não há respostas prontas a serem seguidas, pois a subjetividade é um processo de construção singular que envolve o psíquico e o social. Um dos elementos constitutivamente traumático que circunscreve essa fronteira é a angústia de separação que é compreendida como ameaça de perda dos objetos de amor que estruturam o psiquismo desse sujeito. Para além do medo de perder o afeto dos pais levando a desintegração do triângulo edípico, há, ainda, a ameaça de perda das memórias infantis, dos brinquedos, dos jogos, da tia da escola, dos passeios lúdicos, da potencialidade imaginativa e de tudo aquilo que foi constitutivo até então, fundamentalmente do corpo não harmonizado pelas pulsões pubertárias.

Porém, mesmo que comporte uma face potencialmente traumática, a separação tem caráter estruturante. É a singularidade da história psíquica de cada sujeito e de suas vicissitudes que revelará, a posteriori, as aberturas e impasses desse processo de elaboração de perdas e rupturas, inevitáveis na adolescência. Nelas confluem aspectos narcísicos e objetais, na confluência também do mesmo e do diferente e, de modo complementar, do íntimo (familiar) e do estrangeiro. No interior do sujeito adolescente há intensa confusão entre separação e perda. E isso tampouco pode ser desvinculado da reviravolta que a puberdade inaugura, no plano da sexualidade, nesse corpo já desde sempre ocupado e desviado pela emergência da pulsão, motor da vida subjetiva. (Cardoso, 2014, p.65)

O que o adolescente não consegue simbolizar devido suas insuficientes representações é o caráter estruturante da separação. Na verdade, o que ocorre é o oposto, o sujeito adolescente “revive a retomada violenta da angústia arcaica de separação” (Cardoso, 2014, p. 66). A experiência inicial de desamparo originário é retomada e com ela ocorre o retorno do recalado edípico e sua resignificação. O adolescente revive a ausência da

pessoa amada como ameaça de perda de objeto no processo de separação das múltiplas rupturas que incidem sobre si.

Todavia, o potencial estruturante e criativo da separação aponta para um desejo, ainda que inconsciente, de se separar. Por mais paradoxal que pareça, são os limites entre o medo/desejo de separação que conduzem o sujeito adolescente a reviver o desamparo infantil e ao mesmo tempo ressignificar o amor edípico. Por que o adolescente vive esse processo de modo conflituoso, traumático e angustiante? Por que podemos compreender a angústia de separação como uma violência psíquica?

O que torna a separação algo angustiante e insuportável não é somente a ameaça de perda dos objetos da infância. Há uma espécie de risco assinalado por Jacques André (2004) que se configura no medo da impossibilidade de concretização da separação. O sujeito adolescente teme permanecer na alienação e esse temor está diretamente relacionado ao retorno do recalcado edípico que pode “restabelecer um elo perigoso, incestuoso” (Cardoso, 2014, p. 67). O risco está em uma resposta alienante diante da angústia de separação, o que significaria uma servidão ao outro, uma subjetividade marcada pela passividade, colada no *amoródio* incestuoso, e por esse motivo incapaz de desejar novas configurações objetais.

Dito de outra maneira, a ausência da mãe traz a angústia de desamparo, mas sua presença excessiva dificulta o processo de separação, podendo, assim, contribuir para que a alienação provoque uma angústia de dominação e invasão das fantasias eróticas incestuosas edípicas que são resgatadas na adolescência. O que essa perspectiva nos mostra é que o ego do sujeito adolescente encontra-se em um conflito fronteiriço, marcado pela ambivalência de duas intensas angústias: separar-se do objeto e se sentir desamparado, estrangeiro e até mesmo desaparecendo de si como investiga Le Breton (2006), ou não separa-se e ser invadido “por fantasias incestuosas que atacam o ego de dentro sem encontrar fora as vias de uma possível satisfação” (André, 2004, p.79).

Nesse sentido o processo de separação exige, do sujeito adolescente, um trabalho de luto. É preciso elaborar as novas transformações concomitantemente ao abandono da vida infantil. Essa complexa tarefa estabelece que as experiências libidinais infantis só serão abandonadas se o adolescente conseguir reinvesti-las em novas relações. Freud nos ensinou que na dissolução do complexo de Édipo, a constituição egóica se direciona para

novos investimentos objetivos para os quais a pulsão conduzirá a libido em busca de satisfação. O adolescente vivencia a separação dos pais e da vida infantil como uma perda que provoca muitas angústias, singularmente processos depressivos que marcam o contemporâneo.

Dessa forma, no processo de separação as exigências ao psiquismo do sujeito adolescente apontam para três grandes conflitos situados em fronteiras imprecisas: a dimensão do novo corpo sexuado diante das insuficientes representações psíquicas; a necessidade de fazer o luto da separação parental, que resgata a angústia de desamparo e fere a frágil constituição narcísica, e as demandas pulsionais por novos investimentos libidinais como mecanismo de abertura alteritária, finalizando, assim, o trabalho de luto.

Diante de todas as fragilidades inerentes à travessia do adolescer que destacamos até aqui, nos interessa refletir sobre como os adolescentes contemporâneos respondem a esses conflitos, que exigem tantos remanejamentos do psiquismo e que correspondem à experiências constitutivamente traumáticas?

III – As condutas de risco do adolescer

Vimos que a violência psíquica que caracteriza a adolescência pode ser compreendida, entre outras variáveis, como resultante da irrupção pulsional excessiva da puberdade. Diante de tal emergência pulsional o psiquismo responde com suas defesas sempre muito precárias e carentes de representação das novas experiências avultadas. O ego é, então, traumatizado, e trabalha muito arriscando dar conta da invasão avassaladora de experiências desconhecidas e irrepresentáveis. “Um dos eixos essenciais da noção de trauma em Psicanálise diz respeito justamente à relação entre excesso pulsional e capacidade representacional, relação que traz, em sua raiz, a polaridade de atividade e passividade no âmbito da vida psíquica” (Cardoso, 2011, p. 27).

Assim sendo, nos interessa refletir sobre as possibilidades de defesa do ego, ou seja, quais são as respostas subjetivas que os adolescentes conseguem elaborar diante das experiências traumáticas que marcam o adolescer. O que escutamos na clínica contemporânea e que é corroborado pelas pesquisas em Ciências Humanas, fundamentalmente na Psicanálise, são respostas que denunciam às angústias e sofrimentos muitas vezes negligenciados pela comunidade social.

O sofrimento de um adolescente é como um abismo, sem comparação com o de um adulto que tem experiência suficiente para relativizar as

provações encontradas, sabendo que o tempo diminui sua intensidade. Ele está frequentemente à flor da pele e suas reações são sem meias-medidas e sem recuos. Um conflito com seus pais ou amigos, uma ruptura amorosa, uma decepção, tem para ele contornos de um drama sem tamanho. Frequentemente os adultos evocam a ‘futilidade’ dos ‘motivos’ que levam, por exemplo, a uma tentativa de suicídio. Isso configura uma forma de adulto-centrismo, que falha na compreensão da subjetividade do jovem (Le Breton, 2007, p.178).

Os adolescentes respondem ao traumático através de uma multiplicidade de formas de agir e também de recusa ao agir. Muitos caminhos defensivos convocam o corpo como objeto de sacrifício e anteparo à angústia. A recusa à alteridade sinalizada por atitudes de inação também aponta para um recurso de defesa, além das situações de violência atuada nos casos de atos patológicos. O que todos esses mecanismos têm em comum é o risco que o adolescente se encontra exposto. São condutas de risco caracterizadas por uma série de respostas subjetivas que simbolizam algum tipo de perigo.

Le Breton (2012) investigou o risco deliberado como uma marca da adolescência contemporânea. As condutas de risco assinalam uma exposição deliberada do indivíduo a situações de se machucar ou morrer, de alterar seu futuro pessoal ou de colocar sua saúde em perigo: tentativas de suicídio, fugas, inconstâncias, alcoolismo, toxicomanias, transtornos alimentares, velocidade em estradas, violências, relações sexuais sem proteção entre outros comportamentos deliberadamente arriscados.

Se colocar em risco é uma forma de atuar, um agir que nos possibilita pensar a atuação como uma tentativa de escapar da impotência, da dificuldade de se pensar a si próprio, mesmo se, via de regar, as consequências sejam perigosas. Nessas formas de atuar mediadas pelo risco, o corpo substitui a linguagem e comunica o indizível que caracteriza o sofrimento de angústia. Nas meninas, as condutas de risco denunciam dores silenciadas relacionadas à insatisfação corporal, relações sexuais desinfreadas e submetidas ao abuso, escarificações, tristezas e isolamentos profundos. Entre os meninos, o risco se apresenta pelo viés da agressividade, do confronto com os pais, com as leis e normas sociais. Envolvimentos em episódios de delinquência, violência, velocidade em estradas, toxicomanias, alcoolismo, entre outras atuações fundamentadas em um viver na fronteira do perigo.

As condutas de risco são defesas egóicas do psiquismo traumatizado. São resposta subjetivas afirmadas por adolescentes de todas as classes sociais, independente do gênero,

da sexualidade ou de pertencimentos religiosos. Essas experiências ainda que deliberadamente perigosas satisfazem, sempre parcialmente, as pulsões avassaladoras que emergem na puberdade e que exigem do psiquismo um entendimento para o qual não há ainda simbologias. Se arriscar é uma forma de representar a fronteira traumática do adolecer, pois o risco “corresponde à necessidade interior de se transformar e de renascer sob uma nova versão de si, melhorada, depois de ter olhado, real e simbolicamente, a morte de frente” (Le Breton, 2011, p,37)

A fragilidade narcísica constitutiva da adolescência é fortalecida também pela imagem que o delito simboliza. O sujeito transgressor é socialmente visto como destemido, perigoso, dominador, e essas representações assumem um status de defesa contra a dependência do objeto, além de possibilitar um prazer de gozo semelhante às fantasias incestuosas, já que o delito também enuncia a transposição do proibido, do impossível de ser realizado. O medo diante do sofrimento interior, diante da angústia de várias experiências pulsionais excessivas abre espaço para exteriorização através da dissimulação, da agressividade e mesmo dos atos violentos. Trata-se de uma violência psíquica que encontra no ato transgressivo um caminho de extirpação.

Diferente de outras formas de atuação, a linguagem do ato transgressivo que marca a transgressão tem uma ação a posterior, já que é constituído de significantes. Somente após o ato, o psiquismo é capaz de iniciar uma reapropriação e certa rememoração dos conflitos infantis para, a partir daí, confrontar com os sofrimentos atuais. Isso que torna o ato um recurso, como Freud já sinalizava. Ao atuar transgredindo o ambiente normatizado, o adolescente se vê diante dos proibidos que produziram os conflitos não compreendidos e muitas vezes irrepresentáveis da infância. Nesse processo, durante esse se reapropriar, o psiquismo é capaz de elaborar e mobilizar defesas que tornem menos traumáticos os encontros internos e externos. “O ato representa o esforço desdobrado pelo adolescente para interiorizar o acontecimento que, ao mesmo tempo, é fonte de sentido e portador dos troços de sua história infantil.” (HOUSIER, 2002, p. 65).

O adolescente enxerga no risco o real da morte e dessa experiência retira elementos representativos para enfrentar simbolicamente a morte da infância. Trata-se de abandonar o ser infantil e de iniciar a constituição do ser adolescente. Nesse caso, o trabalho de luto é investido pelo ato de se colocar em risco, onde simular a morte através do risco se configura em uma representação simbólica para se proteger da morte real da infância (Fedida, 1988). O risco deliberado e intencional constitui a fabricação de uma dor que

age minimizando momentaneamente os sofrimentos de impotência e passividade que invadem o adolescente. Fabricar essa dor significa ter algum controle, ter alguma impressão fugidia de pertencer e estar no mundo.

O risco aponta também para o ato de se colocar à prova, de se testar, de evidenciar para si e para o social a conquista de autonomia, sucesso, realização e formas de reconhecimento. Em uma perspectiva de análise laciana, se desafiar e conseguir escapar do risco permite roubar do gozo pulsional mesmo que na forma compulsiva de um automaton em busca de algum tipo de tiquê.

Dessa forma, as condutas de risco consistem muito mais em *acting out* do que em *passagens ao ato*. O ato é o de provocar uma dor de ameaça de perigo que retenha o sofrimento através de um apelo, de uma busca por suporte. Ao se ferir, se esfolar, se colidir com as extremidades da realidade, experimentando o corpo a corpo com a toxicomania, o alcoolismo, a anorexia, a bulimia, ou diversas outras formas de violentar-se, o adolescente assume o protagonismo do seu sofrimento, ainda que provisoriamente. Esse protagonismo não é pouco e constitui-se em um ultimado na tentativa de produzir sentido e de afirmar sua existência no mundo.

Por fim, é preciso considerar que as condutas de risco não correspondem somente à mecanismos egóicos de defesas, diante da violência psíquica instaurada na adolescência. É preciso considerar também o mal-estar contemporâneo. Sobre esse aspecto, Le Breton adverte que na atualidade nascer ou crescer não é mais suficiente para estabelecer completamente o direito a um lugar no interior do elo social, sendo necessário conquistar o direito de existir.

Contudo, diante do mal-estar que sinalizamos na introdução desse artigo, ousamos afirmar que as nossas sociedades estão tão adoecidas e fragilizadas quanto os nossos adolescentes. Há uma indeterminação no social, tanto nas instituições quanto nos indivíduos que sinaliza uma certa incapacidade em estabelecer suportes para que os adolescentes possam dar entrada para a vida. Enquanto sociedade estamos fracassando em garantir aos sujeitos adolescentes caminhos que apontem uma finalidade da existência para além da mercantilização dos desejos e dos afetos. Esmacemos as possibilidades de construção de si, e negligenciamos os sofrimentos adolescentes e suas condutas de risco. “Se o meio social no qual vive não propicia ao jovem o reconhecimento, ele o procura por si

mesmo, colocando-se em perigo. No enfrentamento da morte, ele experimenta seu próprio valor na falta de não poder vê-lo refletido nos olhos dos outros” (Le Breton, 2012, p.41).

Referências Bibliográficas:

BAUMAN, Zygmunt (1998). O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar

BIRMAN, J. (2006) “Subjetividades contemporâneas.” In: _____. Arquivos do mal-estar e da resistência. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira

Cahn, R. (1996). L’adolescent dans la psychanalyse. L’aventure de la subjectivation. Paris: PUF.

CANÁRIO, Rui. (2005) O que é a escola? Um “olhar” sociológico. Porto: Porto Editora

CARDOSO, M. R. (Org.) (2010). Adolescência: reflexões psicanalíticas, Rio de Janeiro

COSTA, Jurandir Freire (1986) Violência e psicanálise. Rio de Janeiro: Graal.

FREUD, S. (1996). O mal-Estar na civilização. Rio de Janeiro: *Imago*. (Originalmente publicado em 1929).

FREUD, S. (1972) Os caminhos da formação dos sintomas. (J. Salomão, Trad.). Rio de Janeiro: *Imago*. (Original publicado em 1917).

HALL, Stuart. (2005). A identidade cultural na pós-modernidade. 10a. ed. Rio de Janeiro: DP&A
JAMESON, Fredric. (1997) A lógica cultural do capitalismo tardio. In: Pós-Modernismo. São Paulo, Ática.

JORGE, Marco Antonio Coutinho. (2010). Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan, vol. 2: A clínica da fantasia. Rio de Janeiro: Zahar

LE BRETON. (2012) O risco deliberado: sobre o sofrimento dos adolescentes. São Paulo: Política e Trabalho

_____. (2014) Desaparecer-se de si: uma tentação contemporânea. Petrópolis: Vozes.

LACAN, J. (1999). O Seminário, livro 5: As formações do inconsciente Jorge Zahar Ed.

NETTO, N. K. P., & CARDOSO, M. R. (2015). Sexualidade e pulsão: conceitos indissociáveis em psicanálise? *Psicologia em Estudo*, 17(3), 529-537

ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: O TRAMÁTICO DA ADOLESCÊNCIA PRIVADA DE LIBERDADE

Resumo:

Este trabalho contextualiza de maneira a experiência de uma pesquisa em andamento, fundamentada na metodologia da observação participante com adolescentes que cumprem medida socioeducativa de privação de liberdade em uma unidade do DEGASE/RJ. A finalidade do texto é de pensar estratégias que possam contribuir de maneira significativa para a melhoria das condições e o desenvolvimento de ações educacionais e psicossociais diferenciadas com o intuito de atenuar o adoecimento psíquico desses jovens. Os achados parciais da pesquisa apontam para temáticas que circunscrevem a marginalização, a exclusão social, a invisibilidade e a alienação à criminalidade.

Palavras Chave : Adolescente, Adoecimento psíquico, Socioeducação

Nos dias atuais experienciamos momentos tênues no que se refere aos contextos de vulnerabilidade social em nosso país. A exclusão, a criminalização da pobreza e a violência coadunam por toda a parte. Adolescentes oriundos de periferias, principalmente, vivem nessa linha limítrofe todos os dias. Nesse contexto, as transgressões podem ser propiciadas, e na violação da ordem surgem as instituições que objetivam o cumprimento das leis e o restabelecimento das normas.

As questões relacionadas à saúde mental vêm ganhando muita notoriedade nos últimos tempos, demonstrando a importância desse cuidado. Principalmente na adolescência, que é um momento marcado por grandes transformações, quando o sujeito torna mais evidentes fragilidades distintas. Necessitando, portanto, de maior atenção quanto a possíveis condutas de risco para então melhor compreensão e tomada de decisão. Pensando um maior acolhimento, a escuta analítica pode ser uma ferramenta de grande valia.

Birman (2001), afirma que o mal-estar na contemporaneidade assume novas modalidades, e se apresenta sobretudo nos registros do corpo e da ação. E enfoca ainda que o mal-estar contemporâneo é caracterizado como dor principalmente, e não como sofrimento. O autor afirma que a dor é uma experiência em que a subjetividade se fecha sobre si própria, não deixando lugar para qualquer outro mal-estar, restringindo o indivíduo a si mesmo. Já o sofrimento implica em uma experiência onde o outro está sempre presente, onde a subjetividade não é autossuficiente.

Este estudo à luz da Psicanálise, da Educação e da Sociologia, objetiva investigar a especificidade do sofrimento psíquico do sujeito adolescente, condutas de risco, desprazeres, condições sociais e experiências na institucionalização bem como suas implicações na contemporaneidade.

Adolescência e Exclusão

Adolescer é um processo que exige do sujeito fazer a transição da infância para a vida adulta. Aqui, entendemos essa transição como uma “situação fronteira”, o que significa refletir a adolescência momento de contorno, ou seja, como um espaço precariamente dividido entre uma dimensão interna e outra dimensão externa. Cada um desses espaços é demarcado por limites pouco precisos, o que os torna fronteiras ambivalentes, circunscritas à complexa relação entre o corpo e o psiquismo e as relações entre o eu e o outro. Dessa forma, a violência psíquica que acomete o adolescer se apresenta como uma agressão tanto narcísica quanto alteritária, na medida em que o sujeito adolescente se vê diante de representações infantis insuficientes para satisfazer e simbolizar as irrupções pulsionais eróticas da puberdade.

“O adolescente, quando ultrapassado pela intensidade das suas próprias sensações, corre o risco de perder a capacidade de se distinguir do outro, de diferenciar o dentro e o fora. Isso se estende ao registro interno, nível das relações entre as diferentes instâncias psíquicas e das fronteiras egóicas”. (Cardoso, 2001).

A situação fronteira na qual se encontra o sujeito adolescente consiste em uma experiência ambivalente de proteger a constituição narcísica iniciada na infância, e ao mesmo tempo, ser invadido pelas demandas alteritárias de constituição de laços sociais que possibilitem novas configurações objetais desejantes. Logo, a fronteira é um lugar de proteção e aventura; de dependência e autonomia; de desamparo e criação; dos frágeis limites entre o dentro (psiquismo e o EU) e o fora (corpo e a alteridade).

O que está em jogo para o sujeito adolescente é como ultrapassar a fronteira e chegar à vida adulta. Não há respostas prontas a serem seguidas, pois a subjetividade é um processo de construção singular que envolve o psíquico e o social.

O adolescer é um momento repleto de transformações, e nesse período são principalmente as identificações que formam a personalidade do sujeito. Os adolescentes peri-

féricos sentem-se muitas vezes sujeitos invisíveis e não conseguem responder a eles mesmos sobre quem são. A falta de pertencimento vivida nesse momento, a abstenção de laços sociais cria uma divisão do ego, traumatizando o sujeito. E na busca de saídas, o endereçamento desta pulsão pode se dar para comportamentos disruptivos e transgressivos que se colocam como condutas de risco.

Quando o sujeito não se sente reconhecido no social, face ao não pertencimento ele pode transgredir, desrespeitando a lei e a ordem. A exclusão social é marcada pela marginalização e gera uma ferida narcísica que não cicatriza. Assim sendo, nos interessa refletir sobre as possibilidades de defesa do ego, ou seja, quais são as respostas subjetivas que os adolescentes conseguem elaborar diante das experiências traumáticas que marcam o adolecer.

O contexto da adolescência privada de liberdade

Os desafios do cotidiano experienciados nas instituições socioeducativas são repletos de estigmas, e com os afetos promovidos o auxílio inerente na melhora de conduta dos jovens pode ser bastante comprometido.

Na observação participante é possível compreender que muitas vezes esses jovens se moldam ao que acreditam que o outro espera deles, e sua conduta muitas vezes varia de acordo com o momento e os participantes na ação. Portanto, um mesmo jovem pode se comportar de maneira distinta na presença de agentes, técnicos e também de colegas.

Os adolescentes respondem ao traumático através de uma multiplicidade de formas de agir e também de recusa ao agir. Muitos caminhos defensivos convocam o corpo como objeto de sacrifício e anteparo à angústia. A recusa à alteridade sinalizada por atitudes de inação também aponta para um recurso de defesa, além das situações de violência atuada nos casos de atos patológicos. O que todos esses mecanismos têm em comum é o risco que o adolescente se encontra exposto. São condutas de risco caracterizadas por uma série de respostas subjetivas que simbolizam algum tipo de perigo.

Se colocar em risco é uma forma de atuar, um agir que nos possibilita pensar a atuação como uma tentativa de escapar da impotência, da dificuldade de se pensar a si

próprio, ainda que, na maioria das vezes, as consequências sejam perigosas. Nessas formas de atuar mediadas pelo risco, o corpo substitui a linguagem e comunica o indizível que caracteriza o sofrimento de angústia. Nas meninas, as condutas de risco denunciam dores silenciadas relacionadas à insatisfação corporal, relações sexuais desenfreadas e submetidas ao abuso, escarificações, tristezas e isolamentos profundos. Entre os meninos, o risco se apresenta pelo viés da agressividade, do confronto com os pais, com as leis e normas sociais. Envolvimentos em episódios de delinquência, violência, velocidade em estradas, toxicomanias, alcoolismo, entre outras atuações fundamentadas em um viver na fronteira do perigo.

As condutas de risco são defesas egóicas do psiquismo traumatizado. São respostas subjetivas afirmadas por adolescentes de todas as classes sociais, independente do gênero, da sexualidade ou de pertencimentos religiosos. Essas experiências, ainda que deliberadamente perigosas, satisfazem, sempre parcialmente, as pulsões avassaladoras que emergem na puberdade e que exigem do psiquismo um entendimento para o qual não há ainda simbologias. Se arriscar é uma forma de representar a fronteira traumática do adolecer, pois o risco “corresponde à necessidade interior de se transformar e de renascer sob uma nova versão de si, melhorada, depois de ter olhado, real e simbolicamente, a morte de frente” (Le Breton, 2011, p.37)

O adolescente enxerga no risco o real da morte e dessa experiência retira elementos representativos para enfrentar simbolicamente a morte da infância. Trata-se de abandonar o ser infantil e de iniciar a constituição do ser adolescente. Nesse caso, o trabalho de luto é investido pelo ato de se colocar em risco, onde simular a morte através do risco se configura em uma representação simbólica para se proteger da morte real da infância (Fédida, 1988). Os riscos deliberados e intencionais constituíram a fabricação de uma dor que age minimizando momentaneamente os sofrimentos de impotência e passividade que invadem o adolescente. Fabricar essa dor significa ter algum controle, ter alguma impressão fugidia de pertencer e estar no mundo.

O indivíduo presente nas instituições socioeducativas encontra-se repleto de subjetividades e necessita de uma escuta significativa, visto que aqueles que ali estão não se encontram naquele ambiente por vontade própria, mas sim por imposição de outrem. Podemos pensar as instituições socioeducativas não apenas como um dos espaços de institucionalização de adolescentes, mas como um lugar de escuta e de reconhecimento das múltiplas subjetividades onde a transferência também acontece a todo tempo.

Os desafios do cotidiano experienciados nas instituições socioeducativas

são repletos de estigmas, e com os afetos promovidos o auxílio inerente na melhora de conduta dos jovens pode ser bastante comprometido.

Na observação participante é possível compreender que muitas vezes esses jovens se moldam ao que acreditam que o outro espera deles, e sua conduta muitas vezes varia de acordo com o momento e os participantes na ação. Portanto, um mesmo jovem pode se comportar de maneira distinta na presença de agentes, técnicos e também de colegas.

Os adolescentes respondem ao traumático através de uma multiplicidade de formas de agir e também de recusa ao agir. Muitos caminhos defensivos convocam o corpo como objeto de sacrifício e anteparo à angústia. A recusa à alteridade sinalizada por atitudes de inação também aponta para um recurso de defesa, além das situações de violência atuada nos casos de atos patológicos. O que todos esses mecanismos têm em comum é o risco que o adolescente se encontra exposto. São condutas de risco caracterizadas por uma série de respostas subjetivas que simbolizam algum tipo de perigo.

Se colocar em risco é uma forma de atuar, um agir que nos possibilita pensar a atuação como uma tentativa de escapar da impotência, da dificuldade de se pensar a si próprio, ainda que, na maioria das vezes, as consequências sejam perigosas. Nessas formas de atuar mediadas pelo risco, o corpo substitui a linguagem e comunica o indizível que caracteriza o sofrimento de angústia. Nas meninas, as condutas de risco denunciam dores silenciadas relacionadas à insatisfação corporal, relações sexuais desenfreadas e submetidas ao abuso, escarificações, tristezas e isolamentos profundos. Entre os meninos, o risco se apresenta pelo viés da agressividade, do confronto com os pais, com as leis e normas sociais. Envolvimentos em episódios de delinquência, violência, velocidade em estradas, toxicomanias, alcoolismo, entre outras atuações fundamentadas em um viver na fronteira do perigo.

Propomos pensar a incidência do Outro sobre os adolescentes, incluindo esse Outro na forma do Estado, destacamos a transferência, como ferramenta que permite o adolescente supor que o ouvinte de sua narrativa saiba algo sobre seu sofrimento e possa ser lugar de acolhimento e ajuda. Fazendo assim laço e inaugurando uma escuta ética desses sujeitos silenciados. O “Outro” possui papel importante na constituição do sujeito e do desejo. Ele é uma instância simbólica presente no discurso social, e também nas

instituições que contribui dando forma à subjetividade de um indivíduo.

Segundo MAURANO (2006) o fenômeno da transferência no original alemão significa transmissão, contágio, tradução, versão, e até audição, irá ganhar o sentido de estabelecimento de laço afetivo intenso, automático, e independente da realidade, enquanto conceito psicanalítico. A transferência está para todas as relações, a partir disso entendemos que em nada difere do que acontece no amor, sendo ela uma forma de escutar o singular do sujeito, pelo amor instaurado inconscientemente.

Na contemporaneidade, em um contexto onde o sujeito vive questões de desamparo precocemente em seu ambiente, a automutilação pode ocorrer como elaboração do trauma. Freud na publicação dos estudos iniciais sobre a histeria (Freud, 1893-1895), traz o conceito de trauma ligado à noção de temporalidade, propondo que as consequências dos eventos traumáticos só se afirmam a posteriori. Na psicanálise o trauma se refere ao que vem externamente ao sujeito, situações que não inserem ao seu psiquismo, desta maneira o conceito de Mees amplia essa fundamentação.

(...) causa aturdimiento e fica, na vida do sujeito, enquistado como um corpo estranho, sem sentido e sem elaboração. O trauma tem sua origem no início da vida de cada sujeito, quando as relações de linguagem – que organizam o mundo do ser humano – recepcionam o pequeno ser, o qual não tem bagagem para entender/responder àquilo que lhe é dito e pedido. Devido a este desamparo/despreparo, o que chega ao pequeno sujeito não tem como ser incorporado por ele. Entretanto, algo fica marcado em seu psiquismo, de forma que, em um momento posterior, este acontecimento é convocado, constituindo, agora sim, um trauma. (Mees, 2001, p. 11)

Acreditamos que a escuta e a transferência com os jovens institucionalizados seja um dos caminhos mais coerentes para a elaboração e o trabalho de possíveis adoecimentos psíquicos que esses sujeitos tenham desenvolvido. Sabendo ainda que o dia a dia nas instituições são repletos de desafios e acontecimentos face aos afetos que elas promovem pelo próprio ambiente em si.

Muito se discute atualmente sobre a subjetividade na educação, e frente às instituições socioeducativas essas contendas são ainda mais inflamadas. Louro (1997), elabora bem as dificuldades que a instituição promove.

Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos, tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização [...]. (p. 57)

A escola está presente na socioeducação e detém principalmente o papel da formação básica, e pensando no melhor desenvolvimento e ascensão dos processos educativos, esta requer possuir maior acolhimento do que se relaciona ao sofrimento psíquico dos sujeitos que fazem parte da população escolar e atenuar as ações de violência escolar. Necessitando, portanto, de uma política de maior empoderamento, que possibilite acolher singularidades, fazendo do ambiente escolar um local de reconhecimento e escuta. A omissão do Estado diante dos índices de evasão escolar e do sofrimento psíquico da comunidade escolar coincidem com o conceito de Necropolítica trazido por Mbembe.

Portanto objetivando realizar um trabalho diferenciado no que tange ao bem estar psicossocial no adolecer, devemos iniciar voltando o olhar para as instituições socioeducativas e seus manejos.

No entanto, o lugar da transferência e da escuta nas instituições socioeducativas, pode criar tensões e desafios. Demandas como dificuldade de comunicação e as próprias limitações institucionais, afetam a qualidade da escuta e o manejo da transferência. Tensionar e explorar possibilidades que envolvam a transferência e a escuta para o manejo do sofrimento psíquico, sobretudo nos casos de automutilação é fundamental.

Considerações finais

A pesquisa em referência se encontra em processo de execução, com resultados parciais que se encontram em processo de investigação e análise.

O objetivo deste estudo com base nos autores citados foi o de realizar a reflexão no contexto da socioeducação frente ao sujeito adolescente e o adolecer em período de transição social tão significativo. Assim como pensar a importância de fazer deste espaço um ambiente de reconhecimento e escuta.

Em síntese como proposta este estudo tem, a luz da psicologia evidenciar a importância da escuta nas instituições socioeducativas e enfatizar que os jovens institucionalizados necessitam ter voz sobre suas subjetividades. Ainda que assim não seja possível justificar seus atos e as razões pelas quais se encontram nestas instituições, esses precisam ser ouvidos como uma possibilidade para atenuar o sofrimento psíquico ao qual estejam passando.

Referências Bibliográficas

BIRMAN, J. *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CARDOSO, M. R. (Org.) (2001) "**Adolescência e violência: uma questão de fronteiras?**", in *Adolescência: reflexões psicanalíticas*, Rio de Janeiro: Nau /Faperj, p.41-53.

FÉDIDA, P. **Amor e morte na transferência**. *Clínica psicanalítica: estudos*. São Paulo: Escuta, 1988.

FERNANDES, Maria H. *Corpo: Clínica psicanalítica*. 4 ed.Ed. Casa do Psicólogo. São Paulo, 2011.

FREUD, S. (1930-1936). *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos*; tradução Paulo César de Souza - São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LE BRETON, D. **A sociologia do corpo** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2007

KEMPER, M. L. C. **Invisibilidade, identidade e laço social na contemporaneidade: sobre a exclusão nas esferas psíquica e social**. Cad. Psicanál. - CPRJ, Rio de Janeiro, v 35, n. 29, p. 105-125, jul./dez. 2013.

LOPES, Lorena da Silva & TEIXEIRA, L. Cavalcante. *Automutilações na adolescência e suas narrativas no contexto escolar*. Estilos clin. Vol. 24 n.2. São Paulo, Mai/Ago. 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282019000200010> Acesso em 23 set. 2022.